

Processo () Parte () Advogado ()

Número ?

Único

Antigo

Execução

CDA

0000187-79.2019.8.17.2560

Consultar

▼ 1º GRAU - Eletrônico

()

0000187-79.2019.8.17.2560

Orgão Julgador

2ª Vara da Comarca de Custódia

Classe CNJ

Cumprimento de sentença

Assunto(s) CNJ

Acidente de Trânsito.

Partes

Exibir todas

Exibindo 5

EXEQUENTE

JULIHERME ANDERSON LEITE DA SILVA

EXEQUENTE

ANDRE ROBSON VIANA SEIXAS

ADVOGADO(A)

ANDRE ROBSON VIANA SEIXAS

ADVOGADO(A)

JOSE SEIXAS PEREIRA FILHO

EXECUTADO

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

Movimentações

Exibir apenas 5 últimas

Exibindo todas

16/08/2023 03:27

Decorrido prazo de ANDRE ROBSON VIANA SEIXAS em 15/08/2023 23:59.

10/08/2023 00:51

Decorrido prazo de ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 09/08/2023 23:59.

10/08/2023 00:46

Decorrido prazo de RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO em 09/08/2023 23:59.

19/07/2023 14:34

Arquivado Definitivamente

19/07/2023 14:27

Expedição de despacho\intimação\intimação (outros).

19/07/2023 14:27

Expedição de despacho\intimação\intimação (outros).

19/07/2023 14:27

Expedição de despacho\intimação\intimação (outros).

19/07/2023 14:27

Expedição de despacho\intimação\intimação (outros).

19/07/2023 11:43

Juntada de Outros documentos

14/07/2023 11:17

Expedição de Outros documentos.

13/07/2023 16:30

Extinta a execução ou o cumprimento da sentença

(Clique para expandir) ... ulcro no artigo 924, II, do CPC. Dispõe o art. 924, II, do Código de Processo Civil: Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II – a obrigação for satisfeita. Ante a concordância da parte autora com os cálculos apresentados pelo executado, deixo de manifestar-me sobre a impugnação ao cumprimento de sentença. Ao exposto, reconheço o cumprimento da obrigação de pagar, na forma dos arts. 513, 525, §3º, e 924, inc. II, todos da Lei Adjetiva Civil, para acolher a impugnação e JULGAR EXTINTO O PROCESSO, reconhecendo como devido o valor informado nos cálculos de (ID 98313478 e ID 98313475). Sem custas, em virtude da gratuidade. Expeçam-se os competentes alvarás em favor da parte autora e de seu advogado, caso ainda não tenha sido expedido, conforme planilha de ID 98313475, atentando-se para o destaque dos honorários contratuais. P.R.I. Após, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se. Custódia/PE, 13 de julho de 2023. Vivian Maia Canen Juíza de Direito

12/06/2023 11:04

Juntada de Petição de ações processuais\petição\petição (outras)

03/06/2023 23:00

Decorrido prazo de ANDRE ROBSON VIANA SEIXAS em 02/06/2023 23:59.

02/05/2023 11:28

Conclusos para decisão

02/05/2023 11:25

Expedição de despacho\intimação\intimação (outros).

20/04/2023 11:08

Juntada de Petição de ações processuais\petição\petição (outras)

12/04/2023 08:11

Expedição de despacho\intimação\intimação (outros).

12/04/2023 08:11

Expedição de despacho\intimação\intimação (outros).

12/04/2023 08:02

Alterada a parte

12/04/2023 07:57

Classe retificada de PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) para CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

17/05/2022 16:24

Conclusos para decisão

29/04/2022 12:38

Juntada de Petição de execução / cumprimento de sentença

28/03/2022 13:06

Juntada de Outros documentos

25/03/2022 10:33

Juntada de Outros documentos

25/03/2022 09:56

Expedição de Outros documentos.

21/03/2022 15:39

Transitado em Julgado em 11/02/2022

14/03/2022 10:05

Juntada de Petição de petição

07/02/2022 08:56

Juntada de Petição de petição

05/01/2022 10:13

Expedição de intimação.

05/01/2022 10:13

Expedição de intimação.

20/12/2021 15:19

Julgado procedente em parte do pedido

(Clique para expandir) ... ido em parte. Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pleito autoral, condenando a ré no pagamento da quantia de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Tal valor deve ser corrigido monetariamente, na forma do ENCOGE, desde a data do acidente (súmula 580 do STJ) e juros de mora de 1% ao mês, desde a citação (súmula 426 do STJ). Assim, extingo o feito com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Divido entre as partes na proporção de 30% para a parte autora e 70% para a parte ré, por força da sucumbência recíproca, as custas processuais e honorários dos advogados, estes que estabeleço em R\$ 1.000,00, considerando o trabalho exigido dos causídicos e a importância da causa (art. 85, §§2º e 8º, CPC), observada a concessão da justiça gratuita à parte autora. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, archive-se. Custódia, 20 de dezembro de 2021. Vivian Maia Canen Juíza de Direito

23/09/2021 11:28

Conclusos para decisão

13/09/2021 00:52

Juntada de Petição de razões finais

30/08/2021 14:42

Juntada de Petição de petição

15/08/2021 21:33

Expedição de intimação.

15/08/2021 21:33

Expedição de intimação.

08/12/2020 13:42

Juntada de Petição de petição

17/08/2020 09:40

Conclusos para decisão

17/08/2020 09:40

Expedição de Certidão.

26/03/2020 10:07

Juntada de Petição de petição

17/03/2020 15:52

Expedição de intimação.

17/03/2020 15:52

Expedição de intimação.

17/03/2020 15:48

Audiência instrução realizada para 17/03/2020 15:45 2ª Vara da Comarca de Custódia.

17/03/2020 15:47

Juntada de Outros documentos

18/02/2020 10:13

Juntada de Petição de petição

14/02/2020 16:47

Juntada de Petição de petição em pdf

06/02/2020 10:17

Juntada de Petição de petição

31/01/2020 10:03

Juntada de Outros documentos

31/01/2020 09:53

Expedição de intimação.

31/01/2020 09:53

Expedição de intimação.

31/01/2020 09:51

Audiência instrução designada para 16/03/2020 09:30 2ª Vara da Comarca de Custódia.

29/01/2020 10:39

Proferido despacho de mero expediente

(Clique para expandir) ... de Direito [1] CONVÊNIO Nº 014/2017-TJPE, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO E A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A. Objeto: Estabelecimento das bases de cooperação entre os partícipes, no âmbito das suas respectivas áreas de atuação, com vistas à realização de perícias médicas judiciais presenciais em ações envolvendo os Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Da Vigência: 60 (sessenta) meses, com efeitos a partir de 24.03.2017. Do Preço e da Dotação Orçamentária: As perícias realizadas serão pagas pela SEGURADORA LÍDER, a um valor fixo de R\$ 300,00 (trezentos reais) por perícia médica judicial presencial no curso normal do processo e R\$ 200,00 (duzentos reais) para perícia médica judicial presencial, realizada em Mutirões de Conciliação ou Pauta Concentrada de Perícias, independente de seu resultado (constatação ou não de invalidez permanente da vítima periciada). – Dje - Edição nº 66/2017.

06/09/2019 09:58

Conclusos para julgamento

04/09/2019 11:03

Juntada de Petição de petição em pdf

12/08/2019 10:51

Juntada de Petição de contestação

07/08/2019 15:01

Juntada de Aviso de recebimento (AR)

10/07/2019 16:22

Expedição de citação.

11/05/2019 10:47

Conclusos para decisão

11/05/2019 10:47

Distribuído por sorteio

Audiências

Clique AQUI (<https://www.tjpe.jus.br/audiencias>) para visualizar as audiências digitais gravadas para este processo.